

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 178/2025

Última atualização 23/10/2025

Local: Brasília/DF **Órgão:** SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Unidade compradora: 690009 - CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS - MEMP

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, caput

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 23/10/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 18299670000116-1-000051/2025 **Fonte:** Compras.gov.br



[Portal Nacional de Contratações Públicas](#)



[Entrar](#)

Contratação de Patrocínio para o "Congresso Empresarial Paranaense", que ocorrerá na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, conforme Documento de Formalização da Demanda (IN nº 5-2017) - (SEI nº 52509248), da Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte/MEMP, e condições expressas no Termo de Referência nº 75/2025 (SEI nº 54523517).

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 112.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 112.000,00

[Itens](#)

[Arquivos](#)

[Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Patrocínio Patrocínio	1	R\$ 112.000,00	R\$ 112.000,00

Exibir: |

1-1 de 1 itens

Página: |



[« Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.